



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 5/2009

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO
DE 2009: -----**

----- Aos vinte nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Juan António Figueiredo Apolinário, Fernando Manuel dos Santos Alves, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Pedro Nunes, Sara Raquel dos Santos Fresco, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata.-----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou a falta dos senhores deputados Dr. Luis Filipe da Silva Cainé, Dr.ª Isabel Cristina Carvalho Jorge, Dr. Luis Miguel Domingues Mingatos, Eng.º.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Carlos Alberto dos Santos Milheirão e Albano Manuel da Rocha Lourenço. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e vinte minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e ausências anteriormente referidas.-----

----- O sr. Presidente da Mesa colocou à aprovação do plenário a acta da sessão extraordinária realizada em 25 de Março findo, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção por parte do sr. deputado Dr. Juan António Apolinário, por não ter estado presente na mencionada sessão. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- Usou da palavra, em primeiro lugar, o sr. deputado Dr. Juan António Apolinário, o qual focou três pontos, para si considerados importantes, relativos à época balnear, quais sejam: a marcação de uma hasta pública para arrematação das lojas do Mercado da Praia de Mira, para uma data demasiado tardia, dia 02 de Julho, já em plena época balnear, quando deveria ter sido realizada em Março ou Abril, propondo que não se fizesse o concurso para atribuição dos lugares no presente ano, devendo manter-se os actuais ocupantes das lojas e bancas; o parque de campismo, em que a empreitada de execução dos bungallows se encontrava demasiado atrasada, obra que poderia ser bastante emblemática e que estava a demorar demasiado tempo a ser concluída, ao contrário da instalação da “Acuinova” que se tinha processado em muito menor tempo e ainda a necessidade da Câmara Municipal acautelar os estacionamento na Praia de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mira, bem como a recolha dos lixos. Por último, questionou relativamente à extracção de areias no Montalvo, pedindo esclarecimentos sobre a situação, que achava pouco clara perguntando se o contrato de concessão já teria terminado. -----

-----Seguiu-se a intervenção do sr. deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Mira, sr. António Cardoso Alberto que se reportou às obras no largo da feira de Portomar, as quais, no início não tinham corrido muito bem, desde logo na parte da lancilagem, assim como o alcatroamento na zona das tendas que também não tinha sido bem dimensionado, tal como as águas pluviais que não tinham sido bem acauteladas na altura, dando origem a inundações no local, sendo difícil à fiscalização fazer o ordenamento da feira, provocando o descontentamento dos feirantes; que, agora, felizmente, as coisas estavam melhores e as pessoas mais contentes, embora faltasse ainda fazer muita coisa, daí que o executivo actual estivesse de parabéns. Referiu depois o problema do saneamento, em que apenas 40% do concelho estava servido da rede pública e, actualmente, tinha já cerca de 60%, o que era muito bom, achando até que, com mais um mandato, o concelho ficaria todo servido da rede de saneamento. -----

-----Usou da palavra o deputado sr. Gabriel Pinho para perguntar se estava prevista a reparação das estradas dos Carapelhos e da Presa, porquanto, devido ao desvio efectuado na EN 109, que tinha ocasionado um exagerado volume de tráfego naquela estrada, a mesma estava bastante danificada, quase a ficar intransitável, do mesmo modo que questionou se não teria sido possível efectuar o desvio do trânsito pela A17. Perguntou depois porque razão a Casa da Música, já feita há tanto tempo, não tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda electricidade própria, estando ainda a ser abastecida por um cabo ligado aos armazéns da Câmara Municipal. Por fim, perguntou para quando a inauguração dos novos edifícios dos armazéns da Câmara Municipal, já feitos desde Outubro passado.---

----- O sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para dar resposta às questões anteriores, desde logo, às perguntas do deputado sr. Gabriel Pinho, tendo-se referido à situação da estrada da Presa aos Carapelhos que, segundo o sr. deputado, se encontrava em adiantado estado de degradação, o que, segundo ele, mais não era do que uma tentativa de ofuscar o que se passava em termos de rede viária no concelho que, actualmente, oferecia boas condições de utilização, com Lisboa apenas a duas horas de caminho e o Porto à distância de cerca de uma hora, com uma boa estrada de acesso a Coimbra, com o IC12 já aprovado, a variante feita, para além de boas perspectivas de melhoria de alguns pisos e o arranque da reparação da EN 109 aguardado para breve. Concretamente no que respeita à estrada Presa-Carapelhos, disse que teria que ser reparada e até agradecia a pertinência da questão posta pelo sr. deputado Gabriel Pinho. Quanto à Casa da Música, agradeceu ao sr. deputado ter falado na questão e disse que, em termos de cultura musical, o concelho estava como nunca tinha estado e que longe ía o tempo em que a Casa do Visconde estava a cair e ali funcionavam as aulas de música, tendo depois vindo a funcionar numa outra casa em ruínas, na Rua António José de Almeida, situação hoje perfeitamente ultrapassada com as belas instalações existentes, sendo aquela uma obra que a todos orgulhava, executada durante mandatos seus. Relativamente aos armazéns novo, disse que iriam ser inaugurados muito em



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

breve, que tinham todas as condições, para além de permitirem transformar o centro da vila, com a desactivação das instalações anteriores, permitindo também resolver, em definitivo, a questão da Casa da Música. -----

-----Relativamente à intervenção do sr. deputado Dr. Juan António, disse que lamentava que tivesse abordado a questão da hasta pública do Mercado da Praia de Mira, lançando um sentido de oportunismo político, quando estavam do lado de fora uma meia dúzia de pessoas por causa daquela questão. Explicou que o respectivo Regulamento tinha sido publicado no Diário da República em fins de Abril ou princípios de Maio e tendo depois sido suprimida uma reunião do executivo, no mês de Junho, o procedimento tinha atrasado um pouco mais, todavia, o que se pretendia era dar cumprimento à Lei e aos Regulamentos e nada mais do que isso. A propósito dos bungallows do Parque de Campismo, disse que os mesmos tinham sido criados dentro de um quadro de arquitectura tradicional, tendo havido apenas um problema que tinha atrasado a obra, o qual se prendia com a falta de pagamento das verbas dos apoios comunitários, pelo que só agora, em plena época balnear, os mesmos iriam ser concluídos porque era uma obra que a todos deveria orgulhar e que iria valorizar em muito o turismo na Praia de Mira. Relativamente à recolha do lixo, disse que apenas as autarquias locais, mesmo por vezes não tendo a jurisdição do espaço, como era o caso da beira-mar, se empenhavam na limpeza e, embora muito fosse feito, havia sempre muito mais para fazer. Sobre as areias do Montalvo disse que o assunto levaria horas a discutir e que não caberia ali naquele espaço, embora pudesse dar uma explicação de forma sucinta. Assim, começou



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por dizer que tinha havido um concurso público, que tinha decorrido dentro da normalidade, tendo depois havido incumprimento do contrato por parte da empresa que, designadamente, não cumpriu com os prazos determinados, tendo sido interposta uma providência cautelar tendo em vista a prorrogação do contrato por mais um ano e meio o que tinha merecido oposição por parte da Câmara Municipal; em 24 de Junho de 2009, a Câmara Municipal tinha sido notificada da decisão da providência cautelar, tendo sido indeferida a pretensão da empresa pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra; entretanto e por força da informação da fiscalização municipal, verificou-se que a empresa não tinha cumprido o determinado, continuando esporadicamente a retirar inertes; a Câmara Municipal, em 23 de Junho de 2009, apresentou queixa-crime contra a empresa, a qual corria os seus termos no Tribunal Judicial de Mira. Disse que, de uma forma sucinta, aquela era a situação actual e a Câmara Municipal, estava perfeitamente à vontade e o que pretendia fazer no Montalvo era uma Zona Industrial, em terrenos perfeitamente enquadrados no Plano Director Municipal, que não carecia de licenciamento da CCDR e todos bem sabiam que o que estava por trás do problema era uma questão política, em véspera de eleições. -----

-----Relativamente à intervenção do sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, a propósito da taxa de cobertura de saneamento no concelho, fez uma correcção às suas afirmações, dizendo que a taxa tinha passado de 10% para 60%, recordando ainda que quando tinha chegado à Câmara não estava acautelado o saneamento em alta, a Câmara Municipal tinha acabado de se desvincular da AMRIA, de uma forma indigna, tendo



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido o seu executivo a acautelar a adesão à SIMRIA e hoje a questão do saneamento estava a ser resolvida. -----

-----O deputado sr. Juan António interveio para dizer que não se revia na terminologia usada pelo sr. Presidente da Câmara, não era político e apenas estava preocupado com a questão pragmática e legal da hasta pública do Mercado. Quanto à questão das areias do Montalvo, a questão tinha a ver com o facto de ser extraída apenas areia de pinhal ou o que é que estava a ser retirado. -----

-----O sr. deputado Gabriel Pinho interveio para dizer que o sr. Presidente da Câmara não tinha dado resposta à sua questão relativa à possibilidade de desvio de trânsito pela A17, uma vez que a estrada da Presa aos Carapelhos não estava preparada para aquele tipo de trânsito, que existia lá um bom tapete e hoje a estrada estava toda danificada.----

-----O sr. Presidente respondeu que o desvio de trânsito tinha sido motivado pelas obras de saneamento em Portomar, tendo o mesmo sido elaborado pelos serviços municipais, em conjunto com o serviço da Direcção de Estradas Nacionais.-----

-----O deputado sr. João Nogueira usou da palavra para felicitar o Executivo pela realização das Jornadas Culturais da Gândara, um evento maravilhoso, com a presença de muitas individualidades que deram um cunho de dignidade e grandeza ao Centro Cultural da Praia de Mira, assim como a honrosa presença do sr. Presidente da Assembleia que a todos tinha maravilhado com a sua oratória. Lembrou momentos altos do evento, tais como os filmes emitidos pelo CEMAR alusivos à pesca do bacalhau e também à pesca das artes, o testemunho de muitos pescadores, a apresentação da edição



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do livro “Palheiros de Mira”, de Raquel Soeiro de Brito e também da “Batalha das dunas”, de Jaime Cortesão, entre outros, homenagens a pescadores, caretos da Lagoa, entrega de medalhas de mérito municipal, etc. e lamentou, apenas, a ausência de algumas entidades que tinham sido convidadas, tinham obrigação de estar presentes e não tinham comparecido, tendo a este propósito rematado dizendo: “as nossas pernas não são livres como o vento, domina-as o pensamento”. -----

-----Seguiu-se a intervenção da deputada Dr^a. Ana Maria Baião que se congratulou pela inauguração da Pescanova, dizendo que tinha gostado de ver que num tempo muito curto tinham sido ultrapassadas as dúvidas que se tinham levantado, inclusivamente tinha lá visto pessoas que julgava que tinham dúvidas e estiverem presentes na cerimónia de inauguração e que também tinha gostado de ouvir o sr. Primeiro-Ministro a dizer que não era ele o merecedor dos agradecimentos mas sim o sr. Presidente da Câmara. Por outro lado, disse que tinha ficado a pensar que havia muitas obras e que havia que pensar que para usufruir dessas mesmas obras faltavam as pessoas, pelo que seria bom pôr em prática uma política de família séria que invertesse o envelhecimento da população a que se estava a assistir. -----

-----Seguiu-se a intervenção do sr. Deputado Prof. Luis Lourenço que se reportou à realização das marchas populares, tendo elogiado a iniciativa, mormente pelo facto da mesma ter vindo a melhorar a sua qualidade de ano para ano, sendo tempo da Câmara Municipal encarar o evento numa outra perspectiva no sentido de compensar mais o empenho manifestado pelas associações envolvidas e os custos associados à actividade,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelo que a Câmara Municipal deveria repensar os subsídios a atribuir em anos futuros. Falou, depois, relativamente a obra executada na localidade do Colmeal que, em seu entender, não estava muito bem, desde logo pela irregularidade dos passeios executados que poderiam ser rectificadas mediante acordo com alguns proprietários de terrenos, por forma a que os referidos passeios ficassem melhor ordenados, do mesmo passo que as valetas anteriormente existentes tinham sido destruídas com uma máquina retroescavadora o que tinha danificado bastante o piso, coisa que não teria certamente acontecido se tivesse sido utilizado um disco para cortar o alcatrão, pelo que agora a reparação iria ficar mais dispendiosa, sendo aconselhável que a Câmara Municipal acautelasse tais situações e a fiscalização estivesse também mais atenta. -----

----- O sr. Presidente da Câmara respondeu que a obra a que se reportou o sr. deputado Prof. Luis Lourenço não iria ficar mais cara visto tratar-se de um concurso público e que, embora o projecto pudesse ser discutível, a verdade é que estava a ser feita uma obra que no passado nunca tinha sido feita e aquela zona iria ficar servida de água ao domicílio, de bons tapetes rodoviários e também com o problema das águas pluviais e dos passeios resolvido, estes últimos, em boa hora, já iniciados pelo Executivo anterior.

-----Sobre as marchas populares, disse que eram motivo de orgulho para todos, as associações estavam satisfeitas e a Câmara Municipal tinha disponibilizado aquilo que tinha sido possível; que, a nível cultural, outras manifestações ocorreram, desde logo, no próprio dia do desfile das marchas em Mira, um concerto de música coral na Casa do



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Povo de Mira, num intercâmbio entre a Câmara Municipal de Mira e a Câmara Municipal de Anadia e o Colégio de Famalicão. -----

-----Sobre a Pescanova, agradeceu a intervenção da deputada Dr^a. Ana Maria Baião e disse que era bom saber que se tratava da maior unidade de aquicultura de pregado e que, afinal de contas, não prejudicava assim tanto as questões ambientais como tinha sido apregoado e Mira tinha assim a possibilidade de se afirmar a nível mundial.-----

-----Relativamente às políticas do sr. Primeiro-Ministro disse que, ele próprio, as criticava em determinadas áreas, todavia, não podia ser ingrato com um Governo que tanto tinha apoiado o concelho de Mira em tempo de crise com projectos como o Lar de Idosos no Seixo, o Centro de Dia nos Carapelhos, a Pescanova, o Parque de Campismo, o Programa Polis, sendo investidos milhões de euros no concelho. -----

-----Relativamente às Jornadas Culturais, disse que, tal como o sr. João Nogueira tinha dito, também ele lamentava a ausência de algumas entidades e apenas entendia essa ausência por motivos de grandes compromissos assumidos ou então por uma grande distracção, deixando de estar presentes no momento em que se enalteceu tanto a Praia de Mira, a Gândara, os seus heróis e os seus mártires. -----

----- O sr. Prof. Luis Lourenço, no uso do direito de resposta, disse que, a propósito da obra do Colmeal, tinha sido claro na sua afirmação, não pondo em causa a realização da obra mas antes a forma como a mesma tinha sido concebida e acompanhada em termos técnicos e fiscais, não tendo havido o cuidado de preservar ao máximo o piso que estava consolidado, tendo o mesmo sido danificado de forma desnecessária. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O deputado sr. Fernando Alves alertou para a necessidade de sinalização adequada na Lagoa, designadamente no espaço onde foi levada a cabo a requalificação do centro da localidade e também para a pertinência de ser efectuada alguma melhoria do espaço onde decorrem as feiras, onde funcionam auto-bares sem abastecimento de água potável, assim como de electricidade e saneamento, mormente na feira de Mira que de feira tem muito pouco e o espaço é deplorável. Reportou-se, depois, à limpeza das matas, em que toda a vegetação existente com menos de dois metros de altura tinha, pura e simplesmente, desaparecido, pelo que deveria haver mais cuidado na execução desses trabalhos. Por último, relatou uma situação por si presenciada, designadamente aquando da recolha de lixos na Praia de Mira, no dia anterior, em que tinha sido depositado um escadote junto ao contentor, o qual não tinha sido recolhido juntamente com o restante lixo ali depositado, pelo que lhe parecia que o serviço de recolha de “monstros” não estava a ser eficaz ou, pelo menos, não estava a ser devidamente divulgado. -----

----- Seguiu-se a intervenção do sr. deputado Filipe Barreto que, a propósito da cobertura de saneamento no concelho, fez uma observação no sentido de que quando o sr. Presidente se referiu aos 10% de saneamento, certamente se estaria a reportar à sua entrada na Autarquia no 1º. mandato, o que significa que ao fim de 16 anos na Autarquia, 4 deles na oposição, o sr. P residente tinha concluído mais de 50%, o que, àquele ritmo, em 2035 ter-se-ia o saneamento concluído no concelho, o que era francamente pouco e ficava muito aquém das expectativas dos Mirenses. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Sobre o Montalvo, disse que o problema não era apenas político e importava esclarecer, assim como era importante que fosse dada resposta cabal ao requerimento por si apresentado sobre a matéria em que a questão era que na realidade o que se verificava no local não era a extracção de areias de pinhal, como tinha sido autorizado pelos órgãos municipais, mas sim a lavagem de areias, sendo ele próprio testemunha de terem estado no local diversas placas com os dizeres “areia fina”, “areia grossa”, “areão” e “areia não conforme”, por isso não estavam a ser extraídas areias de pinhal, para além de que a extracção das referidas areias se destinava exclusivamente para as obras da A17 e não teria outra qualquer finalidade, daí que, importava agora saber quem é que tinha defraudado quem, se a Câmara Municipal o empreiteiro ou se o empreiteiro a Câmara Municipal.-----

-----Quanto à hasta pública do Mercado da Praia de Mira e à presença naquele dia no edifício dos Paços do Concelho de alguns dos ocupantes das respectivas lojas, disse que não se tratava de qualquer oportunismo, a verdade é que não havia qualquer justificação possível para, em plena época balnear, estar a criar um factor de destabilização, sabendo que 80% ou mais do comércio efectuado naquele mercado se devia aos dois meses de Verão.-----

-----Relativamente à questão de atribuição dos subsídios disse que, recentemente, num jantar de angariação de fundos para o Centro de Solidariedade Social de Carapelhos, tinha sido dito pelo respectivo Presidente da associação que não tinha sido recebido



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualquer tipo de apoio por parte da Câmara Municipal, apesar do protocolo estabelecido, pelo que gostaria de saber quais os motivos dessa falta de apoio.-----

-----Interveio o sr. deputado Carlos Monteiro para lembrar que era contra a exploração de inertes, assim como também contra o abate das árvores, bem como há alguns anos atrás contra o abate de 15 mil pinheiros no mesmo local, pelo que era um problema de consciência e não um problema político. -----

-----Agradeceu o convite que lhe foi endereçado pelo sr. Presidente da Câmara para dirigir a mesa sobre o Programa Polis, nas Jornadas Culturais da Gândara, as quais correram maravilhosamente, tendo-se sentido muito lisonjeado por ter sido convidado a participar.-----

-----Por fim, solicitou esclarecimentos sobre uma petição recentemente remetida à ARH pela “Martifer” para execução de um parque eólico, querendo saber qual tinha sido a posição assumida pela Autarquia. Mais disse que estava de acordo com o recurso às energias alternativas, apenas não concordava com a localização pretendida, na orla costeira. -----

-----De seguida, interveio o deputado sr. Pedro Nunes para fazer um reparo ao facto das marchas populares terem terminado a uma hora demasiado tardia, em que já estavam poucas pessoas a assistir, penalizando a última marcha que tinha desfilado, a marcha da Vila Maria, pelo que havia ali alguns ajustes a fazer. -----

----- Sobre a Praia do Poço da Cruz, disse que a intervenção mais de fundo que tinha sido lá efectuada, tinha sido um pouco apressada, algumas das despesas poderiam ter



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aguardado pela intervenção do Polis, pese embora concordasse com o alcatroamento do espaço e o embelezamento do local, no entanto achava que eram despesas a mais, tendo em conta a pouca disponibilidade financeira da autarquia. -----

-----Referiu também o hasteamento da bandeira azul na Praia de Mira e na Praia do Poço da Cruz, ao qual tinha assistido, tendo ficado deveras impressionado pelo hastear das “azulitas”, pela mensagem transmitida pelas crianças. Quanto ao discurso do sr. Presidente da Câmara, nomeadamente na Praia de Mira, em que referiu: “...*crianças que aqui estão até dão o exemplo aos que aqui deviam estar e não estão. Em vez de andarem por aí a criticar, deviam antes ajudar a limpar o concelho...*”, disse que não achou bem, por dois motivos: primeiro, porque as crianças eram demasiado pequenas para terem que ouvir um discurso político e, por outro lado, não ficava bem ao sr. Presidente ter usado um acto solene para mandar tal recado à oposição. -----

----- Também o sr. deputado Dr. Paulo Grego parabenizou a Câmara Municipal pela realização das Jornadas Culturais, assim como fez uma referência bastante positiva à inauguração das instalações da Pescanova, louvando especialmente o sr. Presidente da Câmara pelo facto. Quanto às obras no largo da feira de Portomar, disse que as coisas estavam substancialmente melhores do que há alguns tempos atrás. -----

-----O sr. deputado Narciso Patrão reportou-se ao facto da maioria das pessoas ali presentes passarem o tempo a criticar e a dizer mal uns dos outros, em vez de estarem empenhados em resolver os problemas do concelho e não achava correcto que se passasse o tempo a denegrir o trabalho feito por uns e por outros, sentindo-se revoltado



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por não se estar ali a defender os interesses do concelho, mas antes a menosprezar os trabalhos de uns e de outros.-----

-----Voltou a usar da palavra o sr. Presidente da Câmara para lamentar a intervenção do deputado sr. Pedro Nunes relativamente ao melhoramento levado a efeito na Praia do Poço da Cruz e também relativamente à cerimónia de hasteamento da bandeira azul. Quanto a esta e ao discurso por si proferido, disse que era lamentável que o sr. deputado tivesse retirado de um discurso de cerca de um quarto de hora apenas três ou quatro palavras e, com a sua obsessão política, dizer que tinha feito um ataque à oposição, aproveitando as crianças; que, considerava isso uma ofensa à sua dignidade de cidadão, tanto mais porque bem sabia o que eram as crianças, tinha tido uma honra e uma alegria muito grande em ser Professor Primário e não podia deixar passar em branco o que o sr. deputado tinha dito e que era mentira; que, talvez o seu discurso tivesse sido um pouco exaltado, até porque estava ainda perturbado por ter assistido pouco tempo antes a um acidente com a sr^a. Delegada de Saúde; que, na verdade, o que tinha acontecido é que tinha feito um ataque e assumia-o, ao Presidente da Associação da Bandeira Azul Europeia, pelo facto daquela associação não se fazer representar na Praia de Mira, com 23 anos de bandeira azul. -----

-----Sobre o parque eólico informou que a Câmara Municipal tinha contestado, por não concordar com a sua localização no litoral. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Sobre a intervenção do sr. Narciso Patrão, agradeceu as suas palavras e disse respeitá-las, da mesma forma que o respeitava pessoalmente e agradeceu os seus contributos que agradecia na vida, tal como agradecia a educação que lhe tinham dado.-

-----Quanto ao problema das areias do Montalvo, disse que ninguém tinha enganado ninguém, a Câmara Municipal tinha feito tudo no estrito cumprimento da lei, com a intenção e ali criar um espaço para uma futura zona industrial, tendo em vista um maior desenvolvimento do concelho, sendo essa a grande ambição da Câmara Municipal; que, infelizmente, o processo tinha sido altamente politizado, se houvesse alguma questão a assumir a Câmara assumi-la-ia, no entanto, parecia-lhe, face aos pareceres jurídicos emitidos, que a Câmara Municipal não iria ter nenhum problema complicado para resolver.-----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o sr. Vereador Dr. Miguel Grego que, relativamente ao problema do mercado da Praia de Mira, disse que tinha estranhado o facto de ter sido um jornalista a dar-lhe conhecimento de que iria haver uma manifestação e que, supostamente, o mercado iria ser encerrado a cadeado e, mais estranhou, quando apareceu a TVI, não compreendendo que, ao surgir um problema, se chamasse a comunicação social para o resolver. -----

-----No que respeita à falta de apoio dado ao Centro de Solidariedade Social de Carapelhos e Corticeiro de Baixo, disse que, efectivamente, tinha havido alguns contributos, que tinha havido um compromisso e a Câmara Municipal iria cumprir a curtíssimo prazo e que, entretanto, tinham sido dados outros apoios, como tinha sido o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

caso da declaração de interesse municipal para que a obra pudesse ser feita naquele terreno, além de muitas ajudas para resolver alguns problemas burocráticos existentes, assim como a isenção de taxas. -----

-----O deputado sr. Filipe Barreto quis fazer uma correcção, frisando que, no que toca ao Montalvo, nada tinha acrescentado às palavras do sr. Presidente da Câmara ao dizer que se havia incumprimento era da empresa e esta dizia que a Câmara de Mira não tinha cumprido o acordo, por isso tinha questionado. -----

-----O deputado sr. Pedro Nunes dirigiu-se ao sr. Presidente da Câmara para lembrar que o que tinha dito não era nenhuma mentira e estava publicado no Diário de Coimbra, para além de que o discurso tinha sido muito depois do acidente da sr^a. Delegada de Saúde e o sr. Presidente tinha tido tempo para se recuperar. -----

-----Quanto às obras na Praia do Poço da Cruz, alertou para a existência de uma vala aberta, sem sinalização, um perigo iminente, sobretudo à noite, para um carro que precise de fazer uma manobra junto à ponte. -----

-----Sobre a ausência das entidades ligadas à bandeira azul na respectiva cerimónia, disse que apenas o sr. Presidente deveria perguntar porquê e se as pessoas convidados também não estavam presente, de duas uma: ou não podiam estar ou não queriam estar para ouvir os discursos do sr. Presidente da Câmara. -----

-----O sr. Presidente da Câmara disse que a atitude do sr. deputado era uma atitude ridícula e que nem sequer a iria comentar. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Eram cerca de 17:20 horas quando os trabalhos foram suspensos para intervalo, tendo sido reiniciados cerca das 17:45 horas.-----

-----Não participou nos trabalhos, nesta segunda parte da sessão, o sr. deputado Eng.º Carlos Monteiro. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

---- **PONTO UM: “Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.** -----

---- Momentaneamente, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego assumiu o lugar do Sr. Presidente da Câmara, dizendo que o relatório era muito exaustivo, tinha muita informação e estava ao dispor para qualquer esclarecimento. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário apenas para salientar que em termos de execução as taxas estavam aquém daquilo que todos esperavam; que, em termos de despesa tinham 6.91%, em termos de receita capital 7,00%, a taxa de execução do PPI cifrava-se em 5,4% e das actividades mais relevantes era ligeiramente melhor 29,1%; que, o endividamento bruto tinha subido ligeiramente, acima de tudo pela falta de receitas. Terminou realçando a qualidade da informação disponibilizada. --

---- Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, reiterando a posição do Sr. Deputado Juan António e explicando que a taxa de execução estava baixa porque as receitas estavam abaixo do esperado, não só pela questão do Golfe mas também por



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

causa dos apoios do QREN que não tinham tido as receitas esperadas nos momentos esperados, as obras já estavam aprovadas mas ainda não tinha chegado toda a verba como era o caso da Lota, Parque de Campismo, Bungalows, Variante Sul, Campo de Tiro e Núcleo Museológico. -----

---- O Sr. Deputado Dr. Juan António, ainda sobre o relatório, disse que seria importante incluir as facturas que estavam para pagamento e para conferência. -----

---- **PONTO DOIS: “Isenção, nos termos do disposto na alínea e), do nº. 2, do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do pagamento de taxas inerentes ao fornecimento digital de documentos solicitados pelo Instituto de Registos e Notariado, no contexto do procedimento especial “Casa Pronta”. -----**

---- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego explicou que era mais um processo em que a relação entre várias instituições procurava agilizar e simplificar a vida ao cidadão; que, tinha havido uma reunião propiciada pelo presidente do IRN em que questionou se a Câmara Municipal podia, de alguma forma, ajudar a agilizar o procedimento “Casa Pronta” a qual, de imediato, se tinha disponibilizado para arranjar procedimentos mais céleres e seguros para o cidadão e se possível avançar para aquela isenção; que, tal como se tinham disponibilizado para trabalhar em conjunto naquele procedimento, também gostariam que eles se disponibilizassem a trabalhar noutras situações como era o caso do “Sicavim” porque nem sempre os organismos nacionais de tutela tinham demonstrado disponibilidade. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- O Sr. Deputado Dr. Juan António lembrou que já tinha referido em Assembleias anteriores que a Câmara de Mira estaria à frente dos Municípios vizinhos no que dizia respeito ao sistema cadastral, questionando ainda se iria acarretar algum tipo de custo à Câmara Municipal.-----

---- Em resposta, o Sr. Vereador disse que Câmara Municipal tinha todos os mecanismos técnicos e humanos para responder quer on-line quer em suporte digital.---

---- Não se tendo verificado mais intervenções, procedeu-se à votação tendo sido o ponto **aprovado por unanimidade**.-----

---- **PONTO TRÊS: “Autorização, nos termos da alínea m), do nº. 2, do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para celebração do “Acordo de Parceria entre a Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P. e a Câmara Municipal de Mira”.-----**

---- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego explicou que era um acordo celebrado entre ARH, enquanto representante da entidade que tutelava os recursos hídricos no concelho e a Câmara Municipal que basicamente preconizava uma intervenção de parceria no sentido de reabilitar a zona entre a capela e a Lota da Praia de Mira; que, integrava desde a demolição das casas em ruínas, a criação de alguns passadiços na zona de duna, criação e alargamento de passeios em zona de terra e criação de várias barreiras de sustentação das dunas. Era um acordo que tinha sido trabalhado pela ARH e pela Câmara Municipal e que o Secretário de Estado do Ordenamento do Território tinha louvado; que, a parte da Câmara Municipal era fazer o projecto em colaboração com os



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

técnicos da ARH, submetê-lo aprovação da entidade tutelar e candidatar a obra ao Eixo IV do POO Centro para a obtenção de financiamento. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto pedindo esclarecimento relativamente à cláusula 4.^a no que dizia respeito às expropriações serem obrigação ARH do Centro e reportando-se à clausula 1.^a, alínea d) questionou ainda se era construção de um núcleo novo, requalificação de algum daqueles palheiro, qual dos palheiros e se os proprietários estavam devidamente informados, evitando que viessem a existir problemas como no caso da Lota. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço e na mesma linha do deu colega de bancada, disse que anteriormente também tinha manifestado contra a implementação da Lota naquele local; que apoiava parcialmente e não totalmente aquela intervenção porque não concordava com o facto de lá deixar um “barracão”; que, não compreendia a justificação da execução dos arranjos do “barracão” quando já tinha sido aberto um espaço junto do parque de campismo para Núcleo de Educação Ambiental; que, votaria favoravelmente se fosse uma limpeza total daquele local. -----

---- O Sr. Deputado Dr. Juan António, no uso da palavra, disse que ficando lá aquele palheiro, o desenvolvimento da Avenida Arrais Baptista Cera ficaria encurtado e que a existir uma intervenção teria de ser global e total. -----

---- O Sr. Deputado Pedro Nunes disse que também concordava com uma intervenção total naquele local. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Em resposta o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, disse que efectivamente o projecto tinha sido apresentado nas jornadas culturais e tinha sido mostrado claramente qual era o palheiro, qual a finalidade e o porquê daquele palheiro: que, o POOC determinava aquela construção para ao Núcleo de Educação Ambiental e definia as finalidades; que, não era uma construção que ali ficava sem nenhum tipo de enquadramento. Na questão da expropriação disse que estava a ser tratada pelo Ministério, era uma questão que já durava alguns anos, com diversas acções judiciais, contra-argumentadas por um representante dos donos da casa da guarda fiscal, mais disse que tinha sido constituída uma comissão paritária de análise de avaliação de todos os prédios, constituída por um técnico das finanças, um técnico da Câmara Municipal e um técnico da CCDR-C. Esperavam que depois de estarem reunidas todas as condições, o Sr. Ministro desse ordem para a demolição das construções que estavam identificadas pelo próprio Ministério.-----

---- O Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço disse que quando se referia à construção, que durante as jornadas culturais tinha sido inaugurada, referia-se àquela que estava junto do Parque de Campismo. Quanto ao arranjo daquele “barracão” disse que se o POOC queria lá deixar aquele barracão, só podia ser condenado o mau gosto e que não podia compactuar com o mau gosto de uma entidade que estava pouco importada com a Praia de Mira naquele aspecto, reafirmando que apenas defendia uma intervenção total. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que se o POOC permitia que lá ficasse aquele “barracão” também permitia que não ficasse; que, era uma decisão



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

política tomada por todos; que, por muitos arranjos urbanísticos que se fizessem, ficava sempre mal. -----

---- O Sr. Deputado Dr. Paulo Grego, tendo uma opinião diferente disse que da apresentação em 3D que tinha visto nas jornadas culturais da Gândara, aquele “barracão”, era um palheiro que ficava muito bem naquela localização, uma vez que assim ficavam garantidas para outras gerações dois palheiros com o Museu Etnográfico; que, aquele palheiro iria ter todas as valências que o Núcleo de Educação Ambiental podia trazer, mais um contributo para a manutenção da bandeira azul com todas as actividades que tinham que ser desenvolvidas e que em conjunto com o Museu do Barco, inaugurado durante as jornadas, junto do parque de campismo, e com o projecto da requalificação dos viveiros, ficariam alguns pólos que não podendo estar num único edifício, ficariam distribuídos obrigando as pessoas a circularem pelos diferente locais da Praia de Mira. Disse ainda que junto com aquele acordo devia-lhes ter sido mostrado o projecto ou apresentação em 3D, permitindo a quem ainda não o tinha visto, ter uma melhor visão da realidade e do enquadramento. -----

---- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, concordando com a parte final da intervenção do Sr. Deputado Dr. Paulo Grego, disse que estavam a votar um projecto que ainda não conheciam e que em primeiro lugar devia ser votada a localização que o POOC previa.--

---- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, no uso da palavra referiu que era importante votar e aprovar aquele protocolo para dar andamento ao desenvolvimento dos projectos e se depois de uma avaliação futura e em definitivo de acordo com o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projecto se implantava lá um “barracão” ou não, era uma questão que podia ser vista à posteriori.-----

---- O Sr. Deputado Narciso Patrão, no uso da palavra referiu que aquele “barracão” já ali tinha sido caracterizado de “mau gosto”, questionando porque que o gosto de cada um devia ser o gosto bom e o gosto dos outros o mau gosto. -----

---- O Vereador Dr. Miguel Grego, finalizando disse que concordando com o Sr. Deputado Dr. Raul, quando referiu que quem permitiu que o “barracão” lá ficasse também podia permitir que ele saísse, não podia era permitir que ele fosse construído se não estivesse no POOC, tal como naquele acordo que se fosse aprovado permitia um conjunto de acções, em momento oportuno podiam decidir não fazer aquela acção; que, com aquela aprovação estavam apenas a permitir que se avançasse com uma candidatura. Terminando, disse que o objecto primordial e principal de todo aquele acordo era finalmente poderem limpar e revitalizar toda aquela zona da Praia de Mira.--

---- Seguiu-se a votação tendo sido o ponto **aprovado por maioria** com onze votos a favor, dez do PS mais um do Sr. Deputado Fernando Alves do PSD e cinco votos contra do PSD.-----

---- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

---- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, no uso da palavra disse que quase totalmente que estavam de acordo com aquela proposta, apenas não tinham votado a favor por não concordar com a alínea d), cláusula 4.^a. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- O Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço, interveio para dizer que a sua votação se devia apenas a uma questão de coerência, explicando que sempre tinha defendido a necessidade de requalificar aquela zona, limpando-a totalmente. -----

---- O Sr. Deputado Fernando Alves, justificou o seu voto favorável pelo facto daquele acordo representar uma melhoria para a Praia de Mira. -----

---- PONTO QUATRO: Aprovação do programa e condições da hasta pública para atribuição de lugares fixos para o exercício da actividade de Venda Ambulante na Praia de Mira, em cumprimento do previsto na alínea i), do n.º. 2, do art.º. 53.º, da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

---- Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, explicando que não existiam alterações substanciais ao caderno da hasta pública, era apenas um acto formal, uma vez mais, levar a cabo a hasta pública para regular a actividade de venda ambulante na Praia de Mira. -----

---- O Sr. Deputado Fernando Alves disse que não tinha nada contra, apenas uma dúvida de localização junto ao parque de estacionamento da Barrinha; que, pessoalmente não lhe parecia bem, estar a licenciar um posto de venda de farturas a poucos metros do maior núcleo de concentração de contentores de lixo da Praia de Mira. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Miguel Grego, alertando para o facto de existir um lapso no ponto 12, onde referia o IVA a 21%. Relativamente à questão do Sr. Deputado Fernando Alves disse que eventualmente podiam averiguar a deslocalização



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de uma das coisas e que tinham um projecto para a criação de uma barreira, não só visual, para aqueles contentores.-----

----Terminada a agenda de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido concedida por unanimidade. -----

----**ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezoito horas e trinta minutos da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----
